
**O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NO ENSINO MÉDIO:
ENTREVISTA COM BENEDITO ANTUNES**

Teaching of Brazilian Literature in High School: Interview with Benedito Antunes

João Luís Cardoso Tápias Ceccantini¹
Marlon Peres Junco²

Benedito Antunes destaca-se no que concerne às pesquisas relacionadas à literatura brasileira, em especial ao romance brasileiro, bem como ao ensino de literatura na escola e à formação do leitor. O professor é formado em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, câmpus de Assis), onde atualmente ministra disciplinas de literatura brasileira na graduação e na pós-graduação em Letras. Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), realizou o mestrado sob orientação de Roberto Schwarz, importante crítico literário brasileiro. Sua dissertação foi nomeada *A Antropofagia de Oswald de Andrade*. Já na UNESP, obteve o título de doutor com a tese intitulada *As Cartas D’Abax’o Piques de Juó Bananére*, sob orientação do professor Carlos Erivany Fantinati.

É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e integra o Grupo de Trabalho Literatura e Ensino da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), do qual foi coordenador de julho de 2016 a junho de 2018. Publicou *Juó Bananére: As cartas d’abax’o Piques*, pela Editora Unesp, em 1998, *A literatura juvenil na escola*, pela Editora Unesp Digital, em 2019, *A olho nu: ensaios sobre literatura e cultura*, pela Editora Appris, em 2020, e *Crônicas inéditas*, pela Editora Patuá, em 2022. Recebeu, em 2005, o Prêmio “O Melhor Livro Teórico”, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), pelo livro *Trança de*

¹ Professor da Pós-graduação em Letras na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. E-mail: ceccantini@uol.com.br

² Atualmente é mestrando na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, na linha de pesquisa Leitura, Crítica e Teoria Literária. E-mail: marlon.p.junco@unesp.br

histórias: a criação literária de Ana Maria Machado, organizado em colaboração com Maria Teresa Gonçalves Pereira e publicado pela Editora Unesp e ANEP, em 2004.

Nesta entrevista, Benedito Antunes foi convidado para expor suas reflexões sobre o ensino de literatura brasileira no Ensino Médio, considerando o público atual de alunos e a formação de professores. Ele também tece comentários acerca do método dialético de Antonio Candido, além de abordar a atual conjuntura do ensino de literatura em meio à multiplicidade de formas literárias. O pesquisador defende a autonomia teórica e metodológica do professor de Português que, por dispor de um repertório literário e conhecer seus alunos, tem a possibilidade de fazer escolhas significativas, entusiasmando os alunos a partir de aulas que sejam também prazerosas para si – o que é fundamental para um ensino de qualidade.

1. Enquanto pesquisador e orientador de trabalhos na pós-graduação, o que você tem observado sobre o ensino de literatura brasileira no Ensino Médio, considerando as pesquisas realizadas?

BA: A maioria das pesquisas tem revelado que a literatura no Ensino Médio é estudada principalmente por meio da história literária. Os livros didáticos são organizados de acordo com a cronologia dos períodos literários e os professores costumam seguir esse roteiro, nem sempre indo além de uma caracterização sucinta dos estilos de época e da apresentação dos principais autores. Isso não quer dizer que não haja inúmeras pesquisas que, após diagnosticar essa situação, façam propostas inovadoras em diversos sentidos, colocando o texto literário em primeiro plano. Mesmo assim, as dificuldades são grandes, pois os documentos oficiais não conseguem se constituir numa orientação segura para as escolas e os docentes. Normalmente apresentam princípios gerais adequados à leitura literária e à formação do leitor, mas não fornecem orientações suficientes para a prática didática. Essa contradição provavelmente está associada à própria indefinição do Ensino Médio. É um nível de ensino muito breve e dispersivo. Por isso, as melhores escolas acabam se voltando para a preparação de seus alunos para os exames vestibulares. Uma solução abrangente, que envolveria diversos atores, deveria resultar em disciplinas que contemplassem uma boa formação do leitor, considerando que os alunos, em sua maioria, após cursar o Ensino Médio, não serão especialistas em literatura, mas poderão servir-se dela para a vida. Nesse sentido, cabe refletir sobre o que é mais importante para eles. Certamente, uma leitura que os auxilie a tirar o maior proveito das obras lidas

terá muito mais chance de ser praticada ao longo de sua vida do que uma leitura baseada exclusivamente no uso de conceitos teóricos e informações técnicas. E para isso é indispensável que o professor tenha sido preparado para atuar nesse nível de ensino, de modo que consiga ler com seus alunos tanto a literatura brasileira clássica como a produção contemporânea em sua diversidade de gêneros e temas, servindo-se adequadamente da contextualização histórica e dos instrumentos teóricos básicos.

2. Qual é a sua visão sobre a listagem de livros a serem lidos para o vestibular? É adequado, na sua perspectiva, que as instituições de ensino superior façam essas escolhas? Como o professor de Português do Ensino Médio pode reagir diante dessas delimitações?

BA: A lista de livros de leitura obrigatória passou a ser adotada pela UNICAMP em 1987 e, no ano seguinte, pela USP (SAMARA, 2006). A partir daí, um grande número de instituições universitárias passou também a elaborar as suas listas de livros para o vestibular. A intenção inicial era boa: buscava-se estimular a leitura de clássicos pelos alunos do Ensino Médio. Seus resultados, porém, foram sempre discutíveis, pois, enquanto alguns candidatos realmente liam os livros com proveito e assim descobriam a literatura, boa parte deles, se não a maioria, procurava outras formas de assimilar seu conteúdo, consultando resumos, filmes e material didático variado. Na verdade, observo atualmente mais aspectos negativos do que positivos na adoção dessas listas. Ainda que elas possam estimular a leitura de livros relevantes por alguns candidatos à universidade, o ideal é que os professores do Ensino Médio tenham autonomia para definir o que ler com seus alunos. É o que se tem defendido na UNESP desde então. Acredita-se que só o professor conhece seus alunos e é capaz de escolher obras que interessem a eles e lhes proporcionem uma leitura capaz de formar verdadeiros leitores. Para isso, é decisivo o diálogo que esse professor tem com os alunos, por meio do qual é possível perscrutar seus interesses, definir, como se diz no âmbito da Estética da Recepção, seu horizonte de expectativas. Uma lista de livros elaborada por uma universidade certamente levará em consideração outros critérios, que, embora válidos em determinados contextos, podem não contemplar o perfil geral do aluno do Ensino Médio. Para reagir a essa prática, o professor de Português tem pelo menos duas saídas, conforme sua autonomia na escola: ignorar completamente as listas e procurar formar leitores de literatura em sentido amplo, e não apenas treinar a leitura de determinadas obras; caso a maioria de seus alunos seja constituída de potenciais vestibulandos, inserir total ou

parcialmente obras das diversas listas em seu programa e fazer delas a leitura que julgar mais adequada, fugindo aos esquemas sugeridos pelos vestibulares. Nesse sentido, é importante assinalar a parcialidade do recurso a essas listas de obras literárias de leitura obrigatória. Como os vestibulares são muitos, que lista o professor deve privilegiar? Aliás, curiosamente, a UNICAMP e a USP chegaram em determinados momentos a unificar as listas, talvez por terem percebido o autoritarismo embutido nessas leituras obrigatórias.

3. Como você observa o ensino de literatura através de uma periodização literária? Quais outras posições metodológicas poderiam ser adotadas pelos professores?

BA: Quando se fala em “periodização” no ensino de literatura, já se enuncia um problema. Trata-se de uma forma simplificada e esquemática de se estudar algo fundamental a respeito da literatura, que é a sua historicidade. Esta é, sem dúvida, indispensável para a contextualização da literatura. Afinal, a produção cultural não está solta no tempo e no espaço. Mas, quando esse aspecto se torna o objeto principal ou mesmo exclusivo do ensino, já não se trata de estudar literatura nem história da literatura, pois, em ambos os casos, a contextualização deve estar associada ao estudo de obras literárias. Há, evidentemente, vários métodos para o ensino de literatura em que a leitura de obras figura em primeiro plano. Sou defensor de que o próprio professor defina sua metodologia, pois é ele que deve apresentar a obra, convidar os alunos para a sua leitura e ajudá-los a estabelecer com ela um contato produtivo, em termos de satisfação e conhecimento. Se fosse para indicar um método inicial, que depois permitisse a adoção de outros, conforme o desenvolvimento das aulas, eu apostaria na leitura em voz alta. Além de representar uma primeira interpretação do texto literário, uma leitura oral bem feita, entusiasmada e expressiva, é uma forma de apresentar aos alunos algo que eles não conhecem e que pode lhes interessar. Sei de experiências de leitura integral de romances em sala de aula, mas o que funciona mais correntemente é a leitura de peças curtas, como poemas, contos e crônicas, entre outros, ou passagens significativas de um romance. Em geral, o aluno não toma a iniciativa de ler um livro considerado importante por qualquer critério, mas, se esse livro lhe for apresentado, ele poderá ficar interessado em lê-lo. A televisão faz isso regularmente com as chamadas para filmes e telenovelas, mostrando cenas, destacando temas de seu enredo. Mas aqui não se trata apenas de envolver alunos pela história, mas também de acompanhá-los no aprofundamento da leitura. Por isso, a

leitura oral na sala de aula deve ser acompanhada de comentários temáticos, críticos e, conforme o nível dos alunos, teóricos. Acredito que essa integração é fundamental para uma boa leitura literária na sala de aula.

4. Como trabalhar com narrativas longas no Ensino Médio frente a uma contemporaneidade imediatista no que concerne à leitura?

BA: Infelizmente, a dificuldade de se trabalhar com novelas e romances sugerida na pergunta vale não apenas para o Ensino Médio, mas também para qualquer nível de ensino, inclusive o Superior. O tempo dedicado à leitura torna-se cada vez mais exíguo no mundo contemporâneo, não porque não se dispõe de tempo, mas porque há muita dispersão de interesses, que se reflete na diminuição de nossa capacidade de concentração. Não é por acaso que a discussão sobre o uso do *smartphone* na sala de aula está ocupando dirigentes escolares, professores e pais de alunos. É quase compulsório consultar o aparelho a cada sinal de nova mensagem, e isso não permite ou dificulta muito o mergulho no universo ficcional. Por isso, será necessária uma educação dos alunos para a libertação desse hábito, que em muitos casos está-se tornando dependência patológica. Nesse contexto, trabalhar com narrativas longas é mesmo um desafio, para o qual não há receitas, pois não basta proibir a dispersão e exigir a concentração. Talvez a própria literatura possa dar aqui sua contribuição. É preciso apresentar aos alunos as vantagens de uma leitura envolvente, com universos ficcionais inesperados, capazes de lhes mostrar coisas que eles não conhecem e que podem ser muito mais interessantes do que *posts*, quase sempre destituídos de informação nova, que apenas reiteram aquilo que eles já sabem e é fácil rever. Nesse sentido, a mencionada leitura em voz alta pode ser uma aliada, pois, por meio dela, se pode colocar diante dos alunos uma obra que eles talvez não fossem procurar por iniciativa própria e que pode ser reveladora de algo novo. Minha aposta nesse método baseia-se no fato de que muitas crianças e jovens estão lendo obras bastante alentadas, e uma atrás da outra, como ocorre com as sagas. É claro que houve, nesse caso, um começo, geralmente de ordem mercadológica, e continua a haver uma motivação para que eles fiquem horas concentrados num livro. Dessa forma, a leitura de um capítulo de romance, nos moldes referidos anteriormente, pode cumprir a função das chamadas, por exemplo, das telenovelas, que já começam com grande audiência, pois o público foi envolvido na nova história antes mesmo do início de sua exibição. Mas há, certamente, outras formas para esse trabalho, e mais uma vez penso na competência do professor para dividir com os alunos as leituras de que ele gosta. E surge aqui um novo problema: o

professor que não é leitor dificilmente conseguirá estimular a leitura de seus alunos. Em suma, minha proposta consiste em escolher uma passagem significativa de um romance e fazer dela uma leitura expressiva. Após essa leitura ou no seu decorrer, o docente pode ir fazendo comentários críticos, de forma que os alunos vão formulando suas hipóteses interpretativas. A ideia aqui é que os alunos façam depois a leitura completa da obra, mas mesmo que isso não ocorra de imediato ou não ocorra nunca, eles já terão tido uma experiência de leitura compartilhada pelo docente que poderá dar resultados futuros.

5. Enquanto professor universitário, o que você diria sobre a formação de professores de literatura? Os cursos de Letras estão adequados ao público atual de licenciandos e à presente configuração educacional brasileira? Quais são os aspectos positivos e desafiadores que você tem notado?

BA: São muitas questões numa só e todas da maior importância. Como já disse, a formação de professores é a base para a boa educação literária, e os cursos de Letras não estão cumprindo bem essa tarefa. Mas não é culpa apenas dos cursos, que certamente têm muita responsabilidade nisso ao não colocar em primeiro plano a preocupação com a formação docente. Acontece que a carreira docente não é mais atraente no Brasil, e não sei quando ela voltará a interessar aos jovens novamente, embora essa seja a condição *sine qua non* para o próprio desenvolvimento econômico, social e cultural do País. Assim, as licenciaturas têm baixa procura por parte dos jovens, e muitos dos que optam por cursar Letras não o fazem com a devida convicção, sem contar que nem sempre são os mais bem preparados para a carreira docente. É provável que os alunos que tiveram uma formação melhor na Educação Básica busquem cursos que julgam proporcionar melhores condições financeiras, mesmo deixando de lado sua possível propensão para a docência. Por isso, o horizonte vislumbrado apresenta mais desafios do que boas perspectivas. É preciso lutar para que o mais brevemente possível tenhamos uma política de Estado que coloque a educação em geral como prioridade, e isso, infelizmente, não dará resultados imediatos. O lado positivo é que há muitos professores que escolhem a profissão por afinidade, assim como há muitos pesquisadores dedicados à reflexão sobre o ensino de literatura. Basta observar a grande quantidade de grupos de pesquisa e de dossiês de periódicos dedicados ao tema. E mais, esses dossiês são em geral muito lidos, como indica o elevado número de *downloads* de seus artigos. Isso, porém, não vai resolver o problema do ensino de literatura, porque a

crise atinge os cursos de licenciatura como um todo, isto é, a própria formação de professores. Tanto que já surgem vozes apocalípticas que preveem o fim da profissão. Acredito que a superação dessa crise também depende de uma combinação de diversos fatores, envolvendo uma nova política educacional, que encampe as reflexões desenvolvidas na universidade. Se o País voltar a se preocupar realmente com a educação, deveria adotar políticas similares às adotadas pela Finlândia, que tem procurado adequar seu sistema de ensino às exigências contemporâneas. Mas o grande destaque do sistema educacional finlandês é a excelência de seus professores. Conforme explica um pesquisador do assunto, “a docência desfruta de imenso prestígio e confiança naquele país, tanto quanto a medicina, a advocacia e outras do mesmo quilate em termos de valor social” (BASTOS, 2017). Por isso, a carreira docente lá é das mais disputadas, com mais de 20 mil candidatos concorrendo anualmente ao cargo de professor de escola primária, que tem vagas para apenas um décimo desse número. E o atrativo não se resume apenas à remuneração adequada, mas se deve também à autonomia e à liberdade intelectual do professor. Nada disso, porém, elimina a responsabilidade dos cursos de Letras, que devem sempre desenvolver pesquisas sobre o tema e atualizar seus currículos e práticas educacionais, visando à formação de um professor capaz de proporcionar a educação literária a seus alunos.

6. Considerando a importância do crítico literário Antonio Candido para os estudos literários no Brasil, você diria que o método dialético dele pode ser adotado pelos professores em sala de aula? Se sim, como?

BA: Essa questão é um tanto complexa e exigiria uma resposta mais longa, seja pela referência que Antonio Candido representa para a área de Letras, seja pela importância de seu método crítico, que se reflete no ensino de literatura. Antonio Candido é considerado um ícone no meio educacional quando se trata do ensino de literatura. Talvez por causa de sua palestra sobre direitos humanos e literatura proferida em 1988 a convite da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e publicada depois com o título de “O direito à literatura”. De tão citado, o texto já é considerado um clássico (DALVI, 2019), mas nem sempre ele é compreendido em profundidade, pois se trata, na verdade, de uma espécie de síntese do pensamento do Autor sobre os estudos literários e a função social da literatura. Vou tentar resumir o que julgo essencial de seu método dialético, por concordar, claro, que ele pode ser usado na sala de aula. Sucintamente, pode-se dizer que o grande mérito desse método é que ele combina

preocupação social, isto é, ênfase na temática das obras, com realização formal. No seu entender, uma obra engajada social ou politicamente não cumpre sua função se não for bem construída. Disso decorre o método dialético, que recusa uma relação direta entre conteúdo ficcional e realidade externa. Para superar esse dualismo, Candido concebeu uma categoria designada “redução estrutural”, que é “o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo” (CANDIDO [1], 1993). É essa categoria que confere coerência aos dois universos em causa, o ficcional e o social, tornando possível aprofundar a compreensão de ambos por meio da relação entre eles. O Professor concebeu e aperfeiçoou esse método ao longo de sua vida, tendo-o praticado em análises de poemas e romances. Foi apresentado pela primeira vez no Segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em Assis, em 1961, e sistematizado no ensaio “Crítica e Sociologia”, publicado em 1965, no volume *Literatura e sociedade*. Nesse ensaio, ele explica que a integridade da obra literária não permite adotar, de forma dissociada, a visão sociológica, com ênfase no que ela contém da realidade social, ou a visão oposta, com ênfase nas operações formais, sem condicionamentos externos. Propõe, então, o que designa “uma interpretação dialeticamente íntegra”, fundindo texto e contexto (CANDIDO, 1973). Coloca em prática esse método de forma exemplar na análise de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (CANDIDO [2], 1993), ao conceber “um princípio válido de generalização”, que organiza e permite compreender tanto o universo real evocado pelo romance quanto a construção ficcional. É essa articulação que gera conhecimento no estudo de uma obra literária. Não diria que se trata de um método de fácil aplicação em sala de aula, mas sua vantagem é que permite combater a tendência muito difundida nos dias de hoje de estudar a literatura com ênfase na sua temática, deixando de lado sua natureza literária, o que, como se viu, compromete a própria função social da literatura. O método dialético, ao insistir que os elementos externos à obra, colhidos na experiência de vida do autor e nos fatos sociais e históricos, tornam-se matéria literária e passam a funcionar no interior de um universo autônomo, não permite estabelecer relações diretas entre a ficção e a realidade externa. Assim, o que se deve buscar, conforme sua proposta, é relacionar um universo com o outro por meio da categoria que representa os dois, ou seja, sua “redução estrutural”. Se essa relação for vista de maneira mecanicista, os dois universos não se iluminam mutuamente e a obra literária não gera conhecimento novo, isto é, algo que vá além daquilo que o leitor possa já conhecer e apenas identificar na obra literária. Portanto, usar o

método dialético de Antonio Candido na sala de aula é mais do que insistir na função humanizadora da literatura e de reiterar o direito de todos à literatura. Implica entender a maneira como a obra literária recria o real e explorar os recursos formais desse processo para realizar uma leitura que signifique efetivamente ampliação do conhecimento sobre o universo em que se vive.

7. Em meio à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às mudanças curriculares no Ensino Médio, o que você diria aos professores de Português que, por vezes, sentem-se mais desamparados do que auxiliados?

BA: Acredito que a BNCC, de fato, não auxilia os professores de Português nem os de outras disciplinas. No caso das Letras, os documentos oficiais, mesmo os considerados bons, têm minimizado a literatura como disciplina escolar. Nesse ponto, concordo com a crítica que afirma haver falta de clareza nos objetivos para o ensino da literatura. Em estudo recente, Fabio Akcelrud Durão e André Cechinel apontam a falta de uma clara definição dos objetos que constituem a área do ensino de literatura, e isso se reflete nos documentos oficiais que tratam do assunto. Segundo os autores, “os textos oficiais que dispõem sobre a relação entre literatura e ensino costumam apresentar divergências e incompatibilidades significativas, a depender de fatores relacionados, entre outros, ao contexto político de sua composição, ao campo teórico a que se filiam os consultores responsáveis pelo material, à presença ou não de autonomia conceitual para a área etc.” (DURÃO, 2022) Veja só, parece uma incongruência afirmar, como fiz anteriormente, que há muitos estudiosos dedicados ao tema do ensino de literatura e, ao mesmo tempo, reconhecer a falta de objetivos claros para o seu ensino. Mas é isso que parece ocorrer no campo dos estudos literários e que se reflete nos documentos oficiais. Nessa situação, o professor de Português não deve esperar que o sistema de ensino lhe forneça as orientações para ensinar literatura. Ele deve se tornar um dos atores desse processo e procurar oferecer alternativas por meio de seu trabalho em sala de aula. Como sabemos, o professor criativo, que tem uma concepção de literatura, formou um repertório de obras literárias e logrou construir uma base conceitual e metodológica durante sua formação, saberá conviver com as orientações institucionais para desempenhar sua função docente.

8. Se você precisasse atualmente ministrar aulas de Português no Ensino Médio, o que e como você faria? Quais seriam as suas propostas? O que você faria em cada um dos três anos que compõem o Ensino Médio?

BA: Essas hipóteses são desafiadoras e, ao mesmo tempo, perigosas e podem levar a dois extremos: ou total desinteresse pela docência devido à distância entre a situação dos alunos e o suposto conhecimento adquirido ao longo da experiência como professor e pesquisador do tema; ou um interesse fora de contexto, que pode levar a um grande entusiasmo, idealizando o sistema educacional atual. Uma posição equilibrada, que lançasse mão do conhecimento teórico adquirido e das condições atuais de ensino, talvez seja difícil de se atingir. Em todo caso, poderia considerar essa situação fictícia, que é sempre estimulante, sem cair nos exageros apontados. Tentaria fazer um pouco do que tenho dito aos alunos que estão concluindo o curso de Letras. Consideraria os meus conceitos de literatura, o meu repertório literário e teórico e procuraria desenvolver com os alunos o que parecesse mais prazeroso para mim, acreditando que, com isso, a experiência seria prazerosa e produtiva também para eles. Distribuiria a leitura de obras literárias e as diferentes formas de abordagem textual ao longo dos três anos do Ensino Médio, inclusive aproveitando minha própria experiência nesse nível de ensino, no início de minha carreira profissional, para adequar ao nível dos alunos a complexidade do material e de seu estudo. Ao considerar essa hipótese, recorro o que ouvi certa vez de Antonio Candido, que se considerava sobretudo um professor. Não fossem as circunstâncias que o levaram a ser quem foi, sua opção teria sido lecionar na Educação Básica. De fato, é nesse nível de ensino, tão desprezado nos tempos atuais no Brasil, que se forma o cidadão. Em síntese, com a experiência e algum desencanto adquiridos ao longo da vida profissional, se eu fosse ministrar aulas de Português no Ensino Médio, faria algo parecido com as experiências apresentadas por Daniel Pennac em seu livro *Como um romance*. Reuniria as obras que mais aprecio, como poemas, contos e romances, e as apresentaria aos alunos, lendo, comentando, fazendo breves análises, ouvindo suas impressões. Ao mesmo tempo, procuraria estimulá-los a escrever, transformar suas impressões de leitura em textos. Essa relação é fundamental para que alguém se interesse pela literatura. Só com o conhecimento da linguagem literária por dentro, por experiência, é possível compreender sua riqueza. E o programa? Como responderia Pennac: “Nada de pânico, o programa será *tratado*, como se diz dessas árvores que dão frutos calibrados” (PENNAC, 1993).

9. Quais livros você indicaria para a leitura por alunos do Ensino Médio? Por quê?

BA: Responder a essa pergunta significaria negar um pouco do que venho dizendo, pois daria uma espécie de receita aos docentes. Então, vou continuar a imaginar a experiência proposta na pergunta anterior e considerar alguns desdobramentos. Conversaria com os alunos, procurando sondar seus interesses, ou seja, seus horizontes de expectativas, e, a partir daí, ofereceria obras que julgasse relevantes e que fossem de interesse comum. É claro que, como supõe a própria Estética da Recepção, implicitamente mencionada, tentaria sempre romper esse horizonte. Aí entrariam obras mais complexas, que vão desafiando a capacidade de leitura dos alunos, mas que vão também proporcionando experiências menos percebíveis em termos de leitura literária. Sempre dialogando com o interesse dos alunos, poderia pensar em outras possibilidades. Como se observa atualmente um grande interesse por obras engajadas, que tratam de questões identitárias, por exemplo, discutiria com os alunos um ensaio de Leyla Perrone-Moisés que aborda essa questão candente e muito importante para os estudos literários (PERRONE-MOISÉS, 2023). Nele, a Autora discute as diferenças entre a leitura motivada por militância política, que valoriza a literatura por sua temática, e uma abordagem voltada para o trabalho com a linguagem. Segue, nesse sentido, a linha defendida por Antonio Candido, conforme foi visto anteriormente, mas toca diretamente nas questões identitárias, que têm motivado as leituras ultimamente. Em decorrência disso, a autora lembra que, no tocante ao ensino da literatura, têm sido estudados escritores de outras etnias ou identidades sexuais, o que, na sua avaliação, é válido, pois o ensino lida com o presente e o futuro dos jovens. Por outro lado, ela observa que isso não deve implicar “o abandono ou a censura das obras do passado que, em vez de serem canceladas, deveriam ser devidamente contextualizadas e eventualmente criticadas pelos professores, em diálogo com os alunos” (PERRONE-MOISÉS, 2023). Eu partiria, portanto, de uma reflexão teórica, o que é compatível com o Ensino Médio, e discutiria com os alunos as contradições da literatura engajada, bem como as opções de leitura fora de um esquema redutor. Vamos ler *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior? Tudo bem. Mas vamos procurar entender as obras em profundidade, buscando adquirir por meio delas um conhecimento novo, indo além daquilo que já se conhece ou se imagina no tocante à sua temática. E vamos também procurar na história literária referências que nos ajudem a ampliar esse conhecimento estético, sem achar que a literatura contemporânea basta para nossa educação literária.

10. O Ensino de Português, por vezes, confunde-se com o ensino de gramática. Como proceder para que literatura, gramática e produção textual andem juntas? Na sua visão, é possível esse entrelaçamento? Se sim, como?

BA: Claro! Está, aliás, fazendo falta em todos os níveis de ensino um estudo sério da gramática, que tem sido um tanto demonizada na escola. Até parece que deixar a gramática de lado ajuda a melhorar o domínio linguístico. É preciso ler e escrever e também estudar os fundamentos dessas práticas. Só assim se avança no estudo da língua. De certa forma, já dei uma visão do trabalho integrado de leitura e produção textual em resposta anterior. O mesmo vale para o estudo da literatura no tocante à história literária, como também foi visto anteriormente. Contrapor literatura e história equivale a separar a língua da gramática ou a obra da teoria literária com a suposta finalidade de melhor estudá-las. Como se tem tomado o ensino de literatura pelo ensino de história literária, quando se busca privilegiar a abordagem da obra literária, o estudo da história passa a ser considerado atividade desnecessária. Da mesma forma, ao se deixar de lado a descrição da estrutura da língua para privilegiar a leitura e produção de texto, o estudo da gramática passa a ser visto como árido e ineficaz para essa finalidade. Mais grave ainda, o estudo de princípios organizacionais do texto pode ser desdenhado se a abordagem direta da obra relegar a teoria literária a um campo autônomo e distanciado do ato de leitura. São todos equívocos que podem ocorrer no meio escolar devido à compreensão inadequada da língua e da literatura. Quando se trata de ensinar a ler e escrever, é preciso recorrer a métodos que tornem essa atividade significativa para o aluno. E para isso é preciso considerar que a língua e a obra literária têm existência histórica e obedecem a princípios composicionais também eles constituídos historicamente.

11. Quais são suas expectativas para o futuro do ensino de literatura no Ensino Médio e a formação de leitores? Como você vislumbra esse futuro?

BA: Aqui, sou otimista. Como continuamos a produzir literatura e os jovens continuam a ler, acredito que acharemos a forma adequada de tratar a literatura no Ensino Médio. Deixaremos de impor leituras e esperar que os alunos cumpram a obrigação e trabalharemos com o que há de bom nessa prática: a própria literatura. Para não ficar em considerações genéricas, puramente especulativas, vamos considerar a situação atual, que justifica meu otimismo. Como já disse anteriormente, o Ensino Médio no Brasil é um nível

de escolarização insatisfatório, o que, aliás, justifica a discussão atual sobre sua reformulação. Embora muitos docentes e pesquisadores se tenham manifestado com críticas e sugestões, é difícil imaginar qual será, na prática, o resultado dessa discussão. O problema de base reside na maneira como o Estado pretende valorizar a Educação para além de declarações de princípios feitas em ocasiões específicas. Note-se que, em países de forte tradição humanista, o equivalente ao Ensino Médio tem duração de cinco anos. É um tempo precioso para a formação do jovem, inclusive do ponto de vista profissional, quando for o caso. Para a compreensão adequada dessa formação, é preciso considerar que o estudante poderá ou não cursar depois o Ensino Superior, no qual receberá uma formação especializada. Portanto, da Educação Básica, ele deve levar conhecimentos para a sua vida. Não é o que ocorre no Brasil, em que se discute de forma improdutiva se o Ensino Médio deve ser mais ou menos profissionalizante, e ele acaba sendo, no máximo, um cursinho pré-vestibular. No dia em que tivermos, de fato, uma situação melhor no tocante à educação como um todo, o ensino de literatura encontrará seu lugar. Penso isso baseado em duas evidências, direta ou indiretamente já mencionadas: a literatura continua e ser produzida e é cada vez mais lida pelos jovens; há uma forte preocupação, no âmbito das Letras, com o ensino de literatura, o que pode ser verificado pela crescente quantidade de pesquisas e publicações sobre o tema. Provavelmente esses dois fatores terão seu impacto no sistema escolar futuro. Afinal, apesar de todos os estímulos digitais contemporâneos que nos aceleram a vida e dificultam a concentração, a literatura, bem lida e compreendida em profundidade, continua a ser uma experiência fascinante.

12. Na sua visão, como o Brasil se insere na formação de leitores em comparação com outros países? O que tem sido feito? O que pode continuar e/ou mudar?

BA: É difícil responder a essa pergunta sem um bom conhecimento do que se faz em outros países. Mencionei antes o exemplo da Finlândia, mas ele não expressa amplamente o que se faz no mundo no tocante à formação de leitores. Vejo que, em linhas gerais, não há nas escolas europeias uma recusa tão acentuada dos chamados clássicos. Pelo contrário, eles são lidos na escola. Em Portugal, por exemplo, não se discute a necessidade de leitura de alguns autores clássicos, como Camões, Eça de Queiroz e Fernando Pessoa. No Brasil, ao que parece, para atrair leitores, estamos descuidando disso. Então, acredito que não podemos deixar de valorizar as grandes experiências literárias universais e teremos de encontrar

a forma de colocar os alunos em contato com essas obras. Considerando a formação de leitores em sentido amplo, é preciso reconhecer que há no Brasil várias iniciativas com essa finalidade. É até provável que sejamos um dos maiores incentivadores da leitura por meio de programas, projetos e campanhas de formação de leitores, e não só por parte de órgãos governamentais, mas também de instituições privadas. Poderia citar, a título de exemplo, o PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), que tem por objetivo a criação e a ampliação de acervos literários nas bibliotecas escolares, o PNL D Literário, vinculado do Programa Nacional do Livro Didático, do MEC, cuja finalidade é colocar obras literárias nas escolas públicas, o PNLL (Programa Nacional do Livro e Leitura), que visa à democratização do livro, fornecendo diretrizes para a implantação de políticas de livro e leitura no País, além de projetos como “Ciranda de livros”, “Viagem da leitura”, “Literatura em minha casa” e de campanhas como “Vamos fazer do Brasil um país de leitores”, “Tempo de leitura”, “Viva a leitura”, em geral desenvolvidos durante um determinado período. Esses exemplos servem para indicar como é grande a preocupação com a difusão do livro e da leitura entre nós, tanto por motivos educacionais como mercadológicos. Por outro lado, quando se olha para as escolas, onde a formação efetiva do leitor deveria ocorrer, constata-se que a simples distribuição de livros não parece suficiente, talvez porque falte a preparação dos professores para a sua utilização. Por isso, é comum que se guardem os livros fora do alcance dos alunos, da mesma forma que os alunos desprezem o material quando este é colocado à sua disposição. Em resumo, faz-se muita coisa importante no Brasil visando à formação de leitores, mas os resultados deixam muito a desejar. Talvez isso se deva à já mencionada falta de uma política educacional mais ampla.

13. Atualmente, está em pauta o ensino de literatura de autoria feminina, africana, afro-brasileira, LGBT e indígena, assim como o trabalho com os gêneros literários digitais e multimodais; as propostas lúdicas e dialógicas com o slam e a escolarização da ciberliteratura. Como você percebe essa multiplicidade? Como o professor pode entrelaçar a tradição e o contemporâneo?

BA: De certa forma, antecipei parte da resposta a essa pergunta quando citei o ensaio de Leyla Perrone-Moisés. É justamente esse o seu foco ao discutir a onda de literatura engajada nos dias de hoje. Então, aproveito para reiterar o que lá afirmei, amparado nas reflexões da Autora. É perfeitamente válido estudar e ensinar a literatura produzida por escritores de

outras etnias ou identidades sexuais, uma vez que o ensino lida com o presente e o futuro dos jovens. Mas não se deve, por isso, abandonar a leitura das obras clássicas, pois elas se tornaram clássicas porque expressaram a humanidade de forma relevante e talvez única num determinado momento histórico. Quanto aos demais objetos de leitura mencionados, acredito que podem perfeitamente ser introduzidos em sala de aula, conforme o conhecimento do professor. Se este não dominar o assunto, é melhor deixar o contato com esses produtos culturais a cargo dos próprios alunos, que provavelmente já o conhecem. Portanto, é importante dialogar com essas formas todas, mas não substituir a leitura literária por elas. Caso contrário, ajudaremos a retirar de vez a leitura literária da escola. E esse é talvez o maior risco que se corre. Os próprios documentos oficiais, como a BNCC, estimulam essa diversidade de material para o trabalho com a literatura em sala de aula. Por isso, eu separaria a questão em dois campos: o material propriamente literário e o suporte digital. Sabe-se, desde a invenção da fotografia e do cinema, que a tecnologia influencia a criação artística, mas isso não deve nos levar a confundir produção estética com produto comercial. Portanto, a abertura para as novas tecnologias é algo necessário na educação, uma vez que a sociedade vai assimilando no seu cotidiano todas as conquistas disponíveis no setor, mas essa modernização não garante a boa formação dos alunos, até pelo contrário, pode dispersar a atenção e prejudicar o aprendizado, como ocorre com o uso de tablets e *smartphone* em sala de aula. A produção estética, por sua vez, pode se servir desses suportes todos, e não apenas aquela diretamente ligada a eles, mas também as obras clássicas, quando são vertidas para o formato digital e circulam de forma totalmente nova. O que não se pode é desconsiderar a especificidade literária ou artística desses objetos, independentemente do que se entende por literatura.

14. No que se refere aos estudos literários, como se configura o momento teórico em que vivemos? É possível dizer que vivemos nos entrelaços entre forma e tema como propôs Candido? Ou, diferentemente do passado estruturalista, vivemos em um presente centralizado nos temas, esquecendo-se das formas?

BA: A reflexão sobre a situação da teoria literária atualmente é importante porque ela repercute no ensino da literatura. O ideal, depois de tantos esforços de teóricos e críticos no âmbito acadêmico, seria adotar a primeira alternativa, com base em estudos que privilegiam o equilíbrio ou a interdependência entre tema e forma, pois, como sabemos, literatura é forma e todo sentido de uma obra decorre de sua organização formal. Mas, como já

observei, a urgência do engajamento tem favorecido os estudos temáticos sobre as diversas questões que afetam a sociedade no tempo presente, seja no âmbito político, seja no das pautas identitárias. Isso é bom, porque comprova a importância da literatura como forma de conhecimento. Acredito que vem dessa valorização o sucesso das obras que mencionei antes, como *Torto arado* ou *Quarto de despejo*, que retoma seu percurso de sucesso num momento em que sua temática é ressignificada, ou do romance de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, que, depois de ter inspirado o samba-enredo da Escola de Samba Portela este ano, também se está tornando um grande sucesso de público. O problema é que a leitura dessas obras geralmente enfatiza o tema, deixando de lado sua linguagem, o que tem gerado até problemas de suposta discriminação, como foi o caso de Itamar Vieira Junior, que não recebeu bem os fundamentados reparos a seu romance *Salvar o fogo* por ter sido feita por uma crítica branca (DINIZ, 2023). Dito isto, considero um tanto espinhoso dizer qual tendência predomina nos estudos literários. Pelo que observei antes, arrisco a dizer que a teoria mais rigorosa, que lê a literatura como forma, está em desvantagem, pelo menos como ela se tem manifestado na crítica e até nos estudos acadêmicos. Mas, a rigor, eu não saberia descrever as tendências atuais dos estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação e nos cursos de graduação voltados para os estudos literários. Acredito, porém, que a parte mais séria deles tem valorizado nossa melhor tradição teórica e crítica e contemplado a literatura como forma a que se atribui sentidos. Não obstante isso, é preciso reconhecer que todos os momentos de polarização política implicam, no caso das ciências humanas e da literatura em particular, uma ênfase, às vezes desmedida, nos aspectos temáticos e ideológico dos objetos de estudo.

15. Quais são suas últimas considerações ao fim desta entrevista, em especial aos professores formadores de leitores no Ensino Médio?

BA: A formação dos formadores de leitores no Ensino Médio cabe aos professores de literatura dos cursos de Letras. E os professores universitários vivem, não de hoje, uma séria contradição. Como muitos atuam na pós-graduação e são cobrados para produzir cada vez mais, a tendência é deixar a docência em segundo plano. Ministras aulas não dá prestígio nem conta para ascensão na carreira. Por isso, a tendência é privilegiar a pesquisa, isolada do ensino e da formação de futuros docentes. Por outro lado, sabemos que grande parte do que assimilamos na universidade é por imitação de professores, observando métodos de ensino e atitudes na sala de aula. Como a aula está caindo em descrédito, esse modelo

está desaparecendo ou perdendo importância. Assim, para concluir, volto ao já bastante citado Antonio Candido, que foi um grande estudioso, tendo deixado uma contribuição teórica e crítica original, e um notável professor. Suas pesquisas sempre desembocavam no ensino. Ou, para usar a fórmula de Ligia Chiappini, tudo o que estudou virou ensaio/ensino, ou seja, resultou nos livros e artigos, que mantêm íntima relação com o ensino de literatura (LEITE, 1999). Ele, a meu ver, continua um modelo de professor para a área de Letras. Não para ser pura e simplesmente imitado, o que não seria razoável, mas para servir de inspiração, por mostrar que é possível associar pesquisa e docência. A isso ainda caberia acrescentar que ele foi também um militante político, inclusive em âmbito partidário, nunca deixando de se posicionar diante de questões que atingiam a universidade e a sociedade como um todo. O exemplo que deixa aos professores e estudiosos da literatura é que a combinação de pesquisa, docência e militância política qualificou as três dimensões em que atuou. Ele nunca barateou um lado para mais facilmente atender a outro. E o exemplo mais conhecido dessa atitude está na também já mencionada conferência que depois ele transformou no artigo “O direito à literatura”. Apesar da banalização de seu conteúdo por causa da sua enorme difusão, ele contém uma espécie de síntese dessas faces do autor, sem nenhuma concessão à militância no contexto social e político que praticamente obrigaria alguém menos preparado a optar pela abordagem temática em detrimento dos demais aspectos. Em suma, esse ensaio, se lido com a devida atenção, representa uma espécie de síntese do pensamento de Antonio Candido e das faces que destaquei, podendo nortear o trabalho dos professores do Ensino Médio. E o que ele observa a respeito da literatura vale também para entender o seu próprio pensamento crítico: “Em geral pensamos que a literatura atua sobre nós [...] porque transmite uma espécie de conhecimento, que resulta em aprendizado, como se ela fosse um tipo de instrução. Mas não é assim. [...] [A] *maneira* pela qual a mensagem é construída [...] é o aspecto, se não mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não.” (CANDIDO, 1995). Esta formulação, de certa forma, sintetiza também o que tentei apresentar na resposta anterior ao tratar dos estudos literários. Por fim, observo que o conjunto de minhas respostas reiterou os aspectos que julgo os mais relevantes para se estudar e ensinar literatura, principalmente no Ensino Médio, nível escolar em que o aluno deveria receber uma formação para a vida e a cidadania.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Remo Moreira Brito. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. *Revista Brasileira de Educação*, v.22, n.70 jul.-set. 2017, p. 802-25.

CANDIDO [1], Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 9.

CANDIDO [2], Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 4.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1995, p. 245

DALVI, Maria Amélia. Um clássico sobre educação literária: “o direito à literatura”, de Antonio Candido. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 35, p. 221-234, jul/2019.

DINIZ, Lígia Gonçalves. Espírito do tempo. *Quatro cinco um*. V. 69, 21 abr. 2023.

DURÃO, Fábio Akcelrud; CECH INEL, André. *A sala de aula como acontecimento*. São Paulo: Parábola, 2022.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Um mestre no ensino e no ensaio. In: AGUIAR, Flávio (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 52-60.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 126.

SAMARA, Eni de Mesquita. *30 anos de Fuvest: a história do vestibular da Universidade de São Paulo, 1976-2006*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 132.

Data de recebimento: 10 abr. 2024

Data de aprovação: 10 ago. 2024